

Relatório da reunião do Grupo de Trabalho sobre Pesca Tradicional 28 de abril de 2026, Sevilha e online

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) e Nicolás Fernández Muñoz (Presidente do Grupo de Trabalho sobre Pesca Tradicional) deram início à sessão, agradecendo aos participantes e aos representantes das instituições europeias e nacionais pela sua presença e empenho.

O diretor de Pescas da Junta da Andaluzia, Carlos Aldereguia, salientou em seguida a importância dos debates que serão realizados no CC SUL durante estes dois dias de trabalho, para definir o caminho a seguir para o setor das pescas.

Aprovação da ata anterior: aprovada por unanimidade.

Aprovação da ordem de trabalhos: aprovada sem observações.

1. Definição da pesca artesanal

Nicolás Fernández Muñoz, presidente do grupo de trabalho, sublinhou a dificuldade persistente em definir a pesca artesanal, uma vez que cada Estado-Membro tem a sua própria abordagem, enquanto a UE se baseia num critério estrito de comprimento de 12 metros, que considera redutor. Chloé Pocheau, secretariado do CC SUL, resumiu em seguida as trocas de pontos de vista realizadas com o CC Mediterrâneo (MEDAC) e o CC RUP com base na apresentação da matriz desenvolvida por Gabriele Pattumelli (FAO): um projeto de parecer foi assim redigido pelo MEDAC e é apresentado aos membros hoje.

Serge Larzabal (CNPMEM), Maria-José Rico (FECOPPAS), Santiago Folgar (AVOCANO), Sergio López (OPP Burela), Miren Garmendia (OPEGUI), Raul García (WWF), Hugo Martins (QUARPESCA) consideram que este parecer constitui uma boa base de discussão, mas que é necessário mais trabalho para chegar a um consenso e definir em conjunto os critérios, concretos e mensuráveis, da matriz. Mas também para indicar por que razão é necessário alterar a definição, nomeadamente no que diz respeito ao acesso às ajudas europeias.

Todos reconhecem igualmente a dificuldade do exercício, pelo que o grupo de trabalho propõe reunir novamente um grupo de trabalho ad hoc para debater mais detalhadamente os objetivos e os critérios a propor.

Por fim, teve lugar uma discussão sobre os critérios que definem a pesca artesanal em Portugal, tendo a administração portuguesa partilhado por e-mail as seguintes definições a 30 de abril:

“Não temos uma definição precisa da pesca artesanal enquanto tal, mas envio-vos a nossa legislação, que poderão facilmente traduzir. A nossa frota está classificada em categorias que têm em conta o comprimento dos navios e a potência dos motores, tal como descrito nos artigos 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 73/2020:

Embarcações de «pesca local» (< 9 m e < 75 kW)

Embarcações de «pescacosteira» (pesca costeira) (> 9 m e < 35 m e > 26 kW)

Temos também o conceito de pesca em pequena escala, que diz respeito principalmente às embarcações classificadas na categoria “pesca local”. “

2. Transição energética

Juan Pablo Pérez Gómez (ARVI) apresentou o projeto HY2FISH, atualmente em desenvolvimento, que visa testar a viabilidade e o desempenho de um navio movido a hidrogénio e, assim, disponibilizar estas tecnologias ao setor das pescas. A conceção do navio está concluída e este entrará em fase de testes no final de 2026 e em demonstração em 2027.

Em resposta aos membros, Juan Pablo Pérez Gómez (ARVI) esclareceu que:

- O porto de Vigo está a trabalhar no desenvolvimento do hidrogénio, o que permitirá, portanto, abastecer o navio.
- A hidrodinâmica do casco está a ser estudada, nomeadamente através de pequenas modificações estruturais; no entanto, os conhecimentos podem ser melhorados. Está, naturalmente, a ser realizado em paralelo um estudo de viabilidade socioeconómica.
- Qualquer combustível alternativo ocupará mais volume do que o gasóleo, pelo que o reabastecimento de energia é, de facto, um dos grandes desafios da transição.
- A segurança a bordo é um tema muito importante, nomeadamente no que diz respeito ao transporte deste combustível.
- O navio desenvolvido não está, atualmente, configurado para uma exploração comercial (espaço de armazenamento insuficiente e autonomia limitada a 10 horas).

Nathan Gaborieau (DGMARE) recordou, em seguida, os trabalhos realizados no âmbito da Parceria da Comissão Europeia para a Transição Energética, nomeadamente a publicação de vários guias, disponíveis aqui: https://maritime-forum.ec.europa.eu/theme/blue-economy-and-fisheries/blue-energy/energy-transition-partnership_en#etp-resources

3. MERCOSUL

Pedro Reis Santos (Secretariado do CC Mercado) apresentou os trabalhos realizados, desde 2023, no âmbito deste conselho consultivo sobre o MERCOSUL, uma vez que os acordos comerciais fazem parte das suas prioridades de trabalho. A Comissão forneceu, assim, informações ao CC Mercado em cada etapa que conduziu à aprovação do acordo entre 2024 e 2026. Este acordo visa a liberalização tarifária, a melhoria das condições de importação e o combate à pesca ilegal. Estão incluídas no acordo cláusulas de salvaguarda, que permitem uma suspensão temporária caso sejam identificados prejuízos graves.

4. Resiliência das Comunidades Costeiras

Sebastian Villasante (Universidade de Santiago de Compostela) apresentou o seu trabalho realizado no âmbito do European Maritime Board: uma metodologia e uma ferramenta baseadas em inteligência artificial que permitem clarificar a medição da resiliência das comunidades costeiras. Isto permite identificar indicadores de resiliência e, consequentemente, prioridades de investimento em função dos riscos.

Em resposta a Raul García (WWF), Sebastian Villasante confirmou que as pescas de moluscos na Galiza estão em declínio, mas que a variável climática não é a única causa.

Em resposta a Sergio López (OPP Burela), Sebastian Villasante acrescentou que hoje em dia estão disponíveis muitos dados socioeconómicos sólidos, pelo que é possível utilizá-los na tomada de decisões, para além dos dados ambientais. É possível realizar uma análise completa.

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) insistiu na necessidade de ter em conta a poluição química no mar, tendo Sebastian Villasante indicado que está a ser desenvolvida uma base de dados que reúne os elementos químicos encontrados no mar e que têm impacto na saúde pública a nível mundial. Esta base de dados estará disponível em 2027.

5. Quadro financeiro plurianual

A representante da Comissão Europeia acabou por não poder participar na reunião. Os membros, Serge Larzabal (CNPMEM), Miren Garmenedia (OPEGUI), Raul García (WWF), Sergio López (OPP Burela), Nicolás Fernández Muñoz (OPP Conil) debateram, no entanto, a importância de manter um fundo dedicado à pesca e a um nível suficiente para permitir responder aos desafios atuais e futuros, nomeadamente a transição energética, a renovação geracional, a condução de projetos científicos e a recolha de dados. A política das pescas é da competência da União Europeia e não dos Estados-Membros, devendo, por isso, ser financiada em conformidade.

Sergio García (ETF) indicou que a sua organização também estará em condições de exercer pressão nesse sentido. Amanda Pérez Perrera (DGMARE) indicou que seria preferível transmitir estas mensagens a todas as instituições europeias.

BALANÇO:

- **O CC SUL continuará a trabalhar em conjunto com o MEDAC na definição da pesca artesanal: será proposta aos membros uma reunião do GT Ad hoc.**
- **O projeto de navio a hidrogénio da ARVI foi apresentado aos membros.**
- **Os membros foram informados sobre os trabalhos realizados no âmbito do MAC sobre o MERCOSUL**
- **Foi apresentada aos membros uma ferramenta de medição da resiliência costeira**
- **Será enviada às instituições europeias uma carta sobre o próximo quadro financeiro.**